

RELATÓRIO DE GESTÃO
UG: FUNDO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE
MUNIZ FREIRE-ES
EXECÍCIO DE 2016

O presente relatório compõe a Prestação de Contas da Unidade Gestora do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Muniz Freire-ES, relativo ao exercício financeiro de 2016, conforme dispõe o anexo I - B da IN. 040/2016.

Para elaboração do presente relatório, foram extraídas informações constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2016; na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2016; nas Demonstrações Contábeis do Município além dos relatórios exigidos pela Lei Complementar 101/2000 - LRF (Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal), também referentes ao exercício financeiro de 2016.

Da análise dos documentos supracitados conclui-se:

I - DESPESA FIXADA E EXECUTADA

O valor total da despesa fixada do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Muniz Freire foi da ordem de **R\$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais)** sendo que no decorrer do exercício de 2016 a mesma teve um acréscimo em seu valor, mediante créditos adicionais suplementares que aumentaram a despesa autorizada em **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**, sendo este valor, o total geral dos créditos adicionais abertos, suplementados pela

anulação de dotação orçamentária de outra Unidade Gestora, consignada na Lei Orçamentária Anual de 2016, conforme a seguir demonstrado:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Despesa fixada	204.000,00
Créditos adicionais	40.000,00
(+)Suplementares(Superávit Financeiro)	0,00
(+)Suplementares(Suplementação por anulação de outra UG)	40.000,00
(+)Suplementação de dotação	18.252,55
(-)Suplementação de dotação	(18.252,55)
Despesa total autorizada	244.000,00

Fonte: Balanço Orçamentário - anexo 12 – .

Em relação à despesa fixada na Lei de Orçamento para o exercício de 2016 para o Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, bem como nos créditos adicionais abertos, observa-se que houve uma economia na execução da mesma da ordem de R\$ 16.214,64 (dezesesseis mil, duzentos e quatorze reais e sessenta e quatro reais), conforme demonstramos a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Despesa total autorizada	244.000,00
Despesa empenhada	227.785,36
Economia na execução da Despesa	16.214,64

Fonte: Balanço Orçamentário - anexo 12 - .

Durante o exercício, o Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Muniz Freire recebeu de repasse de Recursos próprios da Prefeitura a importância de R\$ 159.659,82, além de receber diretamente nas contas do Fundo a importância de R\$ 8.154,78 orçamentariamente, conforme demonstrado no quadro abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Receita Arrecadada Orçamentária	8.154,78
Receita de Transferência Arrecadada	159.659,82
Total dos Recursos Recebidos	167.814,60

Fonte: Balanço Financeiro

II – MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

O saldo financeiro proveniente do exercício de 2015 foi de R\$ 45.903,74. Adicionando a este valor os ingressos de recursos orçamentários e extra-orçamentários deduzidas as despesas pagas no exercício, resultou em um saldo final para o exercício financeiro de 2016 da ordem de R\$ 12.206,53.

III – MOVIMENTAÇÃO PATRIMONIAL

O patrimônio do exercício de 2016 variou positivamente na conta do imobilizado, um valor da ordem de R\$ 695.323,24. Contribuindo para esse resultado, observa-se na conta de bens móveis uma elevação de R\$ 30.154,42, e, na conta de bens imóveis, acréscimo da ordem de R\$ 665.168,82, resultando em um saldo final nas contas de bens móveis e imóveis ao final do exercício de 2016 de R\$ 90.242,72 e R\$ 700.663,74 respectivamente. Tal oscilação para mais na conta de bens móveis e imóveis, ocorreram em virtude do município de Muniz Freire ter efetuado, no decorrer do exercício de 2016, investimentos em imobilizados, além de ter concluído os levantamentos de inventário dos bens móveis. No que se refere à conta de estoques, podemos constatar da análise dos demonstrativos contábeis da PCA de 2016, ausência de saldo do exercício anterior e saldo para o exercício seguinte, isto se deve ao fato dos valores adquiridos no exercício serem consumidos em sua totalidade dentro do próprio exercício, conforme movimentação detalhada apresentada nos demonstrativos específicos estabelecidos pela IN nº. 040/2015.

IV - RESTOS A PAGAR

Como se pode observar dos demonstrativos contábeis da despesa, do total da despesa executada do exercício de 2016 de **R\$ 227.785,36** (duzentos e vinte e sete mil, setecentos e oitenta e cinco reais e trinta e seis centavos), **R\$ 192.140,51** (cento e noventa e dois mil, cento e quarenta reais e cinquenta e um centavos) foram pagos no próprio exercício, resultando num saldo de **R\$ 35.644,85** (trinta e cinco mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) de restos a pagar do exercício em análise. Deste modo, o saldo total dos restos a pagar inscritos no exercício e de exercícios anteriores, totalizaram o montante de **R\$ 35.943,57** (trinta e cinco mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e sete centavos), conforme a seguir demonstrado:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Despesa empenhada	227.785,36
(-)Valor pago no exercício	(192.140,51)
(=)RP Processado do Exercício	35.091,85
(=) RP Não processado do Exercício	553,00
Valor do RP do exercício	35.644,85
Saldo de RP de Exercícios Anteriores	298,72
Total dos Restos a Pagar Geral	35.943,57

Fonte: Balanço Patrimonial – Anexo 14

CONCLUSÃO:

De acordo com as exigências constantes no Anexo I - B da Instrução Normativa nº. 034/2015 atualizada pela 040/2016, encerramos o exercício financeiro de 2016 conscientes do dever cumprido.

No que se refere ao cumprimento dos programas previstos na LOA em compatibilidade com a LDO e PPA, evidenciamos que as metas e prioridades da administração foram atingidas em sua grande maioria, sendo que as metas não cumpridas, tiveram como principal fato motivador, a frustração na previsão de arrecadação de determinadas receitas vinculados ao cumprimento das metas estabelecidas.

Por fim, afirmamos com convicta certeza que buscamos a melhor integração das atividades administrativas com as necessidades básicas dos cidadãos do município.

Assim, buscamos aplicar os recursos financeiros municipais pautados nos princípios insculpidos na Constituição Federal, aplicando os valores constitucionais mínimos em Assistência Social, com propósito de atender as necessidades da população.

A Administração proferiu suas atividades *erga omnes*, não houve no exercício financeiro, distinção no atendimento, todos os munícipes foram atendidos de forma igualitária e uniforme.

Procedemos ainda vasto trabalho de aperfeiçoamento e reciclagem dos Servidores Públicos Municipais, observando a área de atuação de cada um em separado, para que o Município amplie a qualidade e eficiência dos serviços prestados, aperfeiçoando e dotando de eficácia os trabalhos a serem executados nos exercícios financeiros vindouros.

Podemos concluir com soberba precisão que procedemos a um controle interno das atividades administrativas de forma a garantir a todos a satisfação dos interesses sociais.

Muniz Freire – ES, 15 de março de 2017.

Viviane Lopes de Moraes
Secretária Municipal de Assistência Social